



**Governo do Estado de São Paulo  
Controladoria Geral do Estado  
Centro de Recebimento e Tratamento de Manifestações**

**DESPACHO**

**Nº do Processo:** 009.00001932/2023-21

**Assunto:** Protocolo SIC.SP nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria de Justiça e Cidadania

**UNIDADE:** Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Reclamação de ausência de resposta a acerca do quantitativo de autuações emitidas contra a Sabesp. Pedido não objeto da LAI. Não conhecimento.

**DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00299/2023**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso o órgão orientou o solicitante a encaminhar a sua manifestação ao setor de ouvidoria e a fazer um novo pedido de informação no sistema SIC.SP especificando as informações necessárias: *"em relação a sua intenção de formalizar um pedido de informação por este canal, é importante que seu pedido seja claro e preciso, e para isso precisamos que especifique o que deseja saber com data ou o período de interesse, em um novo protocolo"*. Insatisfeito, o cidadão interpôs o presente apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Em análise do caso concreto, verifica-se que o órgão orientou adequadamente o requerente e que a solicitação objeto do presente recurso não se configura como um pedido de informação amparado pela Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), uma vez que no pedido formulado inicialmente o solicitante apenas relatou a sua insatisfação e não fez nenhum pedido ao órgão.
4. Nesse sentido, cabe esclarecer, que o SIC.SP recebe demandas relativas a acesso a informações, dados e documentos, produzidos e/ou acumulados na Administração Pública estadual, conforme disposto no artigo 7º da referida Lei de Acesso à Informação - LAI.
5. A esse respeito, ressalta-se, que a LAI garante acesso a informações existentes nos órgãos e entidades públicas, no entanto, pedidos que não especifiquem a informação desejada fogem ao escopo da Lei de Acesso a Informação (LAI), não caracterizando, portanto, pedidos de acesso a informação, exceto nos casos em que o órgão já tenha consolidado o objeto da consulta em documentos oficiais, não sendo cabível em tal contexto a análise de manifestações de outra natureza.

6. Desta forma, o presente recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo, portanto, de motivação e do pressuposto recursal da negativa de acesso, conforme previsto no artigo 20, caput, do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação alterada pelo artigo 31 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, com alterações posteriores.
7. Considerando que não se almeja reforma da resposta ofertada pelo órgão, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175/2015, alterado pelo Decreto 66.850/2022.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 06 de setembro de 2023.

**Antônio Carlos Santa Izabel**

Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público - Coordenador Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Carlos Santa Izabel, Corregedor**, em 06/09/2023, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site